



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

520 anos das Capitanias Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaránica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

Agosto

Nº 460

## **NAÇÃO, PODER, SOBERANIA, ESTADO E GOVERNO, VENEZUELA E BRASIL**

**General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva**

**N**ação é uma sociedade formada por um ou mais de um povo, com base num território, com um idioma oficial (podendo haver mais de um idioma) e, principalmente, com aspirações materiais e espirituais comuns, que lhe dão coesão.

A Nação institui o Estado a quem delega o Poder Nacional para promover desenvolvimento, segurança, bem-estar, soberania, liberdade e justiça – suas necessidades fundamentais.

O Estado se organiza com base em um sistema jurídico e nas instituições com que administra a Nação. O Poder Nacional tem que ser uno e indivisível, portanto, Executivo, Legislativo e Judiciário são apenas Funções Estatais.

O Poder Nacional e a Soberania Nacional são delegados ao Estado, porém, pertencem ao povo que, por isso, tem autoridade natural para reformar o Estado, caso ele não os exerça em prol da Nação.

Nação e Soberania Nacional estão acima do Estado e do Governo; os dois últimos são apenas delegados e nunca senhores da Nação. Dessa forma, nenhum partido tem o direito de tomar o Poder Nacional, pois empalmaria as três Funções Estatais e o Estado passaria a ser o partido, ente que não representa toda a Nação, mas apenas a maioria, por vezes pouco representativa. Seria ditadura e não democracia porque ao eleger o presidente um partido assume apenas a Função Estatal Executiva e não a Legislativa e a Judiciária.

Mentores ideológicos do PT confessam publicamente tal propósito do partido, o que configura a proposição de um golpe contra a Nação e o Estado. José Dirceu disse: “aí nós vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar

a eleição”<sup>1</sup>; e revela a ideologia liberticida do PT ao declarar que “precisamos deixar claro [-] nós somos petistas, de esquerda e socialistas”<sup>2</sup>.

Seu camarada Valter Pomar, no livro “A Estrela na Janela”<sup>3</sup>, defende que não basta estar no governo para controlar o poder (p. 155); que é preciso “mudar o Estado, sua natureza, não apenas sua forma”; e propõe “desmontar os mecanismos que protegem [-] a estrutura judicial [e] a articulação entre meios de comunicação, indústria cultural e aparatos educacionais” (p. 221).

Estado e instituições dominados por grupos ou sistemas ditatoriais, liberticidas, subversivos, corruptos ou apátridas, ou seja, contaminados por antivalores morais e éticos perdem a legitimidade.

Usar o Poder da Nação desvirtuando as leis para atender interesses grupais, partidários e ou sistêmicos e não às necessidades fundamentais e aos anseios do povo é pseudolegalidade.

Lei é meio para fazer justiça. Justiça é fim e é cláusula pétrea. Se a lei fosse cláusula pétrea, o Brasil ainda não seria independente.

Segundo o filósofo inglês John Locke (Direito à Rebelião)<sup>4</sup>

“a comunidade tem direito de resistir quando diante do abuso do poder dos governantes [-] admite o direito de insurreição em determinadas circunstâncias: ‘Se um governo subverte os fins para os quais foi criado e se ofende a lei natural, então pode ser deposto’. A causa [-] da revolução seria o abuso do poder pelo próprio governo”.

A Venezuela vive esse drama e, por isso, aflorou uma Revolução Colorida (RC)<sup>5</sup>, a exemplo do ocorrido em outros países.

RC são manifestações gigantescas sem violência ou com baixo grau de violência, conduzidas por lideranças tradicionais ou eventuais, visando impor mudanças de governo ou apenas de políticas de governo. Surgem da crescente revolta da sociedade ao sentir-se incapaz de superar, pelos meios institucionais, graves carências sociais, estagnação e ou retração econômica, governos autoritários ou ditatoriais ou, ainda, com desvios morais e altos índices de corrupção.

Podem ser influenciadas ou manipuladas por atores não estatais estrangeiros, potências alienígenas e grupos ligados ao movimento globalista com interesses comuns, por vezes contrários aos da nação onde a revolta acontece.

São exemplos de RC: Sérvia (2000) - Revolução Branca; Geórgia (2003) - Revolução Rosa; Ucrânia (2004 e 2013) – a Revolução Laranja e a Euromaidan; Primavera Árabe (2010) e seu desdobramento na Síria (2011); EUA (2011) - Occupy Wall Street; Venezuela (2014 e 2024); e outros.

Quem tem independência intelectual para avaliar cenários sabe que a Venezuela é uma narcoditadura socialista, marxista e liberticida.

Identifica, também, inquietantes semelhanças entre a situação da Venezuela e a evolução do atual contexto político, moral, ético e ideológico do Brasil. Por sempre terem apoiado a ditadura chavista e ao contemporizarem com o ditador Nicolás Maduro na crise em andamento, o governo brasileiro e o PT desvendaram as convicções ideológicas e os antivalores que balizam suas ações, algo conhecido há muito tempo por quem analisa a Venezuela com independência intelectual.

Porisso, as lideranças verdadeiramente democráticas, presentes nas Funções Estatais e Instituições Nacionais, mobilizando a Nação, precisam exercer sua autoridade de forma legal, legítima e coesa, com inabalável e perseverante vigor, e de forma ordeira e pacífica, para corrigir os rumos traçados para implantar no Brasil um regime semelhante ao imposto, progressivamente, ao nosso infeliz vizinho.

### **“Saber o que é certo e não fazê-lo é a pior covardia” (Confúcio)”**

<sup>1</sup> Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-09-28/dirceu-eleicao-pt.html>

<sup>2</sup> Fonte: <https://revistaoeste.com/brasil/nos-somos-petistas-de-esquerda-e-socialistas-afirma-dirceu/>

<sup>3</sup> Fonte: Livro “A Estrela na Janela” (A-estrela-na-janela-Final.pdf)

<sup>4</sup> Alexandre Sanches Cunha (02/01/2018); Extrato do artigo – “Locke: legitimidade do governo e o direito à rebelião”. <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2018/01/02/locke-legitimidade-governo-e-o-direito-rebeliao/>

<sup>5</sup> Pesquisar Gene Sharp na Internet (vários livros) e “Guerras Híbridas – das Revoluções Coloridas aos Golpes”, livro de Andrew Korybko.

## Forças Armadas Brasileiras

José Carlos Pöppel Filho  
Ex-Cmt 9º BIMtz

Em texto anterior publicado pelo “O Tuiuti”, o portal Sohu.com, que compõe o maior grupo de comunicação da China, fez duras críticas às Forças Armadas Brasileiras (FFAA) por considerá-las com *“fraca eficácia de combate e armamento atrasado”*, tornando-o *“o exército com a pior eficácia de combate do mundo”*, além de classificá-las como *“o exército mais falso e vazio do mundo”*, isto porque, segundo o portal, o País gasta pouco com modernização de armamentos e equipamentos, pois prioriza salários, aposentadorias e pensões.

De acordo com a publicação, artigo da jornalista Camila Bezerra (jornalggn@gmail.com), a aquisição de armamentos e equipamentos representa normalmente cerca de 30% do gasto militar. No Brasil, no entanto, o investimento nesta área seria de apenas 1,3% do PIB, o que expõe a falta de pretensão do País em se tornar uma potência militar.

Realmente, o Brasil gasta muito pouco em Defesa, o que o fragiliza perante os demais países da América do Sul, colocando em risco sua liderança no subcontinente americano.

Para reverter essa situação, tramita no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2023, que visa aumentar o gasto do governo federal com as Forças Armadas, atrelando o orçamento da Defesa ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2% dentro de alguns anos. Para o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), um dos apoiadores da PEC, a medida vai garantir maior previsibilidade orçamentária para as Forças Armadas.

Segundo especialistas, como João Gabriel Burmann da Costa, pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, esta pode ser a oportunidade do Brasil de recuperar sua indústria e sua liderança na América do Sul, pois de acordo com a proposta, de autoria do senador Carlos Portinho (PL-RJ), os gastos federais com a Defesa Nacional deverão crescer em 0,1 ponto percentual a cada ano até atingir a taxa mínima de 2% do PIB, padrão de investimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desses valores, 35% das despesas discricionárias deverão se referir a projetos estratégicos da Defesa.

O patamar orçamentário de 2% do PIB não é nenhuma novidade no cenário brasileiro, pois esse número já estava presente na Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2020. No texto da PEC 55/2023, ele é justificado a partir do referencial de investimento acordado pelos países-membros da OTAN em 2006.

O texto da PEC 55/2023 determina ainda que 35% desse novo montante orçamentário deve ser destinado a projetos estratégicos que priorizarão a indústria nacional e contribuirão para a consolidação da Base Industrial de Defesa, segundo o texto. Ainda que até agora não haja refinamento na proposta para que sejam detalhados os gastos das Forças Armadas, documentos estratégicos brasileiros — como a Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) — servem como norte para que os analistas estimem qual será o foco de cada braço militar com os novos recursos.

Para as Forças Terrestres brasileiras, em linha com a END, os pontos de destaque serão o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), o Projeto Guarani, de desenvolvimento de blindados, além do blindado Centauro e do Lançador de Foguetes Astros.

Um dos grandes pontos reforçados pela matéria do Senado é que o aumento do orçamento em Defesa vai fortalecer a Base Industrial de Defesa, conjunto de indústrias que serve direta ou indiretamente às Forças Armadas. Essa cadeia de empresas não só gera empregos e fomenta a economia nacional, como também pode aumentar o PIB por meio da exportação de produtos de altíssimo valor agregado, como é o caso do KC-390.

Ao mesmo tempo que os gastos militares visam aumentar o poderio das Forças Armadas brasileiras, aumenta-se também sua influência política na região, uma vez que não se consegue mais exercer essa liderança somente através da diplomacia e economia, pois em um mundo em que se desenha cada vez mais a partir da multipolaridade, o Brasil é visto como o grande líder da América do Sul. A questão é, portanto, garantir que o País consiga aproveitar dessa posição para recuperar uma política de integração regional, caso contrário ficaremos em uma posição contraditória em que todos nos veem como o líder da América do Sul, menos os nossos vizinhos.

Por fim, a matéria publicada é um grande alento, e também alerta, para as nossas Forças Armadas, que lidam com restrições orçamentárias, algo que tem deixado um vácuo, permitindo que sua hegemonia regional possa ser contestada, possibilitando que outros países busquem assumir essa liderança.

~~~~~

### Anos 1940: uma área para o novo quartel do 12º GAC

Vivaldo José Breternitz (\*)



O 12º Grupo de Artilharia de Campanha (12º GAC), localizado no sopé da serra do Japi, em Jundiá - SP, às margens da rodovia Anhanguera, é subordinado à 2ª DE e possui como material orgânico o obuseiro 155 mm M114, armamento de maior calibre do Comando Militar do Sudeste; é comandado atualmente pelo Cel. Fábio Piai Fornasin.

O 12º GAC, desde 2006, é uma das 13 OMs do país que contribuem para a formação dos sargentos de carreira do Exército Brasileiro, mantendo um Curso de Formação e Graduação de Sargentos

(CFGs).

Suas origens remontam a 1919, quando foi criado o 2º Grupo de Artilharia de Montanha; em 1932, passou a ser denominado 2º Grupo de Artilharia de Dorso, sendo transformado no 2º Grupo de Obuses 155 em 1946. Em 1973, passou a denominar-se 12º Grupo de Artilharia de Campanha.

A unidade ocupava um antigo quartel localizado no centro de Jundiá, instalações pequenas, inadequadas para uma unidade desse tipo.

Visando resolver esse problema, em 31 de março de 1942, o Gen Div Maurício José Cardoso, comandante da então II Divisão de Infantaria oficiou ao Prefeito de Jundiá pedindo que a Prefeitura colaborasse com 200 mil contos de réis para a aquisição da Chácara Rami, área onde seria construído um novo quartel para o atual 12º GAC - essa colaboração teria sido oferecida anteriormente pela Prefeitura. Para se ter uma ideia desse valor, o primeiro prêmio da Loteria Paulista à época era de 250 mil contos.

Dizia o ofício que o Exército pretendia instalar na área um Regimento de Artilharia de Dorso, unidade maior que o então Grupo de Artilharia de Dorso que estava sediado na cidade.

No ofício, afirmava o comandante que o dinheiro cedido pela Prefeitura retornaria ao município a um ritmo de mil contos ao mês, em função da presença de maior número de militares e de vendas e serviços prestados à nova unidade.

A aquisição foi concretizada, não sabemos se com ou sem a cooperação da Prefeitura, mas em 1943, o então 2º GADo já se exercitava e promovia provas hípcas na área - a unidade utilizava equinos e muares intensivamente. Mas o regimento não se instalou - mudanças tecnológicas acabaram levando a unidade a se transformar, a partir de 1946, no 2º GO 155.

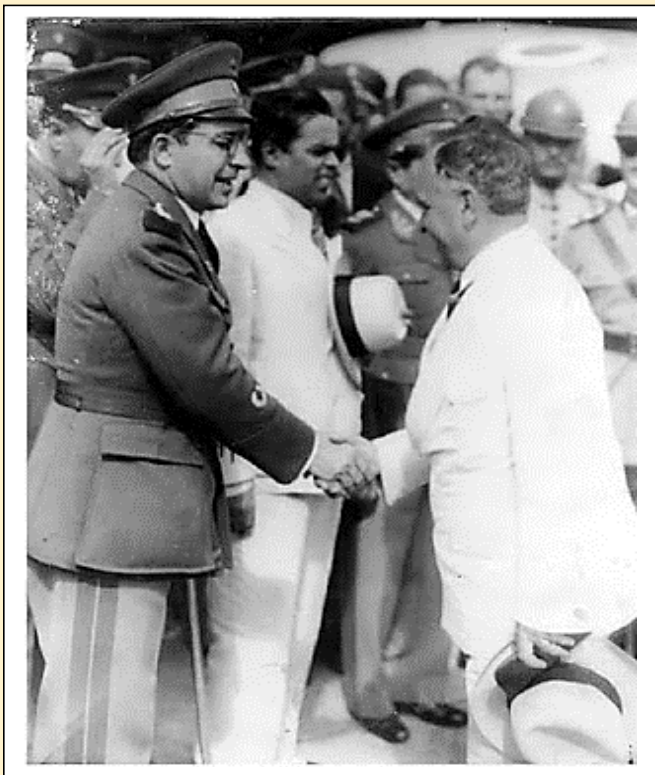
Algumas das edificações existentes na Chácara Rami foram preservadas: a principal, a casa sede, é ocupada pelo Hotel de Trânsito do 12º GAC; no imóvel, residia a família Cardia, proprietária da Cerâmica Rami, depois Cidamar e hoje Roca.

O general Maurício José Cardoso, que assinou o ofício dirigido à Prefeitura, teve uma carreira militar brilhante: maranhense, ingressou no Exército em 1895, aos quinze anos, como soldado, servindo no então 5º Batalhão de Infantaria.

Ali, atingiu a graduação de 2º sargento, tendo ingressado na antiga Escola Militar da Praia Vermelha em 1902; em 1906, foi declarado aspirante-a-oficial, já pela Escola de Guerra de Porto Alegre. Foi promovido a segundo-tenente em janeiro do ano seguinte e a primeiro-tenente em junho de 1912. Faleceu em 1968.

Era da arma de Engenharia. Seu mais alto cargo no Exército foi o de Chefe do Estado Maior do Exército, como General de Divisão, à época, o mais alto posto.

O General Cardoso também foi o idealizador do movimento para construção do monumento ao Duque de Caxias, em São Paulo, inaugurado em 1960 e de autoria de Victor Brecheret. Na foto, o general Cardoso com Getúlio Vargas, em 1938.



(\*) Vivaldo José Breternitz, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor da FATEC SP, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – [vjntiz@gmail.com](mailto:vjntiz@gmail.com).

\*\*\*\*\*

## Nota Estratégica EB – Cavalaria Mecanizada, Conceito Brasileiro, aplicado pela Ucrânia em Kursk - Defesanet



Viaturas M1126 Stryker recebidas pelo Exército Ucrâniano

Quando o Exército Brasileiro terminou com as Divisões Hipo, nos anos 70, desenvolveu o conceito da Brigada de Cavalaria Mecanizada.

O principal conceito operacional do Exército Brasileiro exportado para o mundo foi o das operações da Cavalaria Mecanizada, uma tropa sobre rodas de rápido desdobramento, capaz de penetrar no território inimigo com velocidade e poder de fogo suficiente para explorar o efeito surpresa.

Nesta época, com as viaturas blindadas de rodas em desenvolvimento por uma jovem empresa de São Paulo, a Engesa, surgiu o EE-9 Cascavel e o EE-11 Urutu.

Agora em 2024, com o trinômio das viaturas blindadas de transporte de tropas Guarani 6x6, a Viatura Blindada de Combate de Cavalaria Centauro 2/120mm, o obuseiro sobre rodas ATMOS 155mm e mísseis como o Spike ela chega ao seu ápice. Além de uma efetiva e eficaz rede de comunicações.

Pela primeira vez na sua história o Exército vai estar equipado com a melhor tecnologia, mobilidade e poder de combate da América Latina.

Este trinômio operacional, apoiado por veículos leves de apoio LMV Guaicuru 4x4 também vai colocar o Exército Brasileiro numa posição de vanguarda internacional com tropas mecanizadas de rápido desdobramento.

DefesaNet recomenda que pelo menos uma Brigada CMec seja transformada em unidade expedicionária e como Força Estratégica.

A recente incursão da Ucrânia em território russo, (se destaca) com estes fatos:

- 1ª invasão na Rússia desde 1941; e,
- 1ª invasão, na história, de um país armado com armas nucleares.

Pelas informações disponíveis seguiu os mesmos conceitos operacionais utilizados pelas Brigadas CMec brasileiras, usando a velocidade, proteção balística e poder de fogo dos veículos sobre rodas para penetrar de surpresa, explorar o êxito no território inimigo e abrir espaço para os blindados pesados sob lagarta.

Ver blindados como Stryker e o MRAP MaxPro cruzando as estradas russas para espanto dos analistas e especialistas e em especial os alemães.

A nova coluna vertebral das Brigadas de Cavalaria Mecanizada do Exército Brasileiro já tem (um novo) guerreiro: a Viatura Blindada de Combate de Cavalaria Centauro 2.

Assim a veneranda viatura de reconhecimento EE-9 Cascavel será substituída. Seu ciclo desbravador encerra-se, seu canhão de 90 mm e blindagem leve não tem mais espaço nas operações modernas. O atual projeto de modernização, o Cascavel NG, parece ser anacrônico e precisa ser reavaliado.

Recentemente diversos veículos Cascavel do Exército de Mianmar foram emboscados e destruídos por jovens combatentes irregulares armados de fuzis.

O Cascavel ressentiu-se dos anos, não possui nenhum elemento dissuasório e, numa guerra moderna, seu emprego seria desastroso e colocaria em risco a vida dos seus tripulantes e o cumprimento da missão.

No momento que é necessário fazer corte de gastos a fim de priorizar outros projetos, a continuidade da modernização do Cascavel mostra-se incoerente e antieconômica.

+++++

## 1792 - A Batalha de Valmy

**Fonte: LAROUSSE DO BRASIL. As grandes batalhas da História – Do século XVII ao XIX – Do cerco de Praga a Little Big Horn. São Paulo: Larousse, 2009, p. 150/151, 2º volume.**

### Tiros de canhão detêm a invasão inimiga

Sete horas da manhã de 20 de setembro de 1792. Em uma estrada que, contornando a região de Argonne, vai de Grandpré a Châlons, a vanguarda do exército prussiano surge no meio do nevoeiro.

Posicionados na crista de Les Maigneux-La Lune 35 mil prussianos comandados por Brunswick (Karl Wilhelm Ferdinand, Duque de Brunswick) se preparam para enfrentar as tropas francesas comandadas por Kellermann (General François Christophe Kellermann).

Os franceses estão em número superior - entre 50 mil e 64 mil. Estão posicionados sobre dois outeiros, o monte Yvron e uma colina estreita encimada por um moinho, a pouca distância da aldeia de Valmy.

As tropas prussianas são o exército de invasão, aquele que as praças-fortes da Lorena não conseguiram deter e que Dumouriez (General Charles-François Du Perrier Du Mouriez) falhou em bloquear, tentando obstruir as passagens da floresta de Argonne. Marcha sobre Paris, para restituir ao rei sua plena autoridade.

### Deter a invasão por movimento rotativo

Para detê-lo, os franceses podem enfrentá-lo às margens do Marne, mas esse ataque frontal, em caso de fracasso, não teria remédio e marcaria o fim da Revolução.

Renunciando a essa solução preconizada pelo ministro Servan, Dumouriez, então chefe do exército do norte, decide levar a ofensiva para a retaguarda, a fim de cortar as linhas de comunicação do inimigo.

Vindo de Sedan, conduz suas tropas em direção de Sainte-Menehould onde, no local designado passagem das Islettes opera a junção com as forças do exército do centro, o de Kellermann - que desempenhará o papel principal na batalha.

Diante dessa situação, que impede o suprimento - preparado pela intendência da retaguarda e levado diariamente de carruagem - Brunswick decide aceitar a batalha, a fim de libertar esse eixo de comunicação.

### Uma simples série de tiros de canhão

Nesse fim do mês de setembro o tempo é assustador há algumas semanas. A chuva transformou o terreno numa cloaca, e os homens de Brunswick, que fizeram uma longa marcha, estão exaustos. A visibilidade, por outro lado, é execrável, entre a chuva que cai a cântaros e os nevoeiros do fim e do início do dia. Ora, essas intempéries têm consequências consideráveis.

A tática tradicional de Brunswick consiste em preparar, por um ataque de artilharia, o assalto à colina do moinho, onde está concentrado o grosso dos soldados de infantaria franceses. Mas nesse lamaçal e nesse nevoeiro, as balas e os tiros disparados pelos 54 canhões da artilharia erram em muito seus alvos ou não saem com força, caindo ao acaso no solo encharcado, sem fazer grandes estragos. É, portanto, um exército intacto que a infantaria de Brunswick deve finalmente atacar.

Quanto à artilharia francesa, ela não para igualmente de disparar. Mas, do mesmo modo que as peças inimigas, os famosos “canhões de Gribeauval”, que conquistaram por ocasião desse combate sua celebridade na história da guerra, não conseguem acertar o alvo.

Uma distância de 2.400 metros separa as cristas onde estão posicionados os dois exércitos: é muito para que os tiros sejam eficazes, independentemente das condições climáticas. Durante várias horas o campo de batalha de Valmy reboia, portanto, com o barulho de uma sequência inútil de disparos de canhão, obstinadamente levada a efeito pelos inimigos.



Ao pé do moinho de Valmy, a guarda nacional, de uniforme azul, junta-se aos soldados regulares, de uniformes brancos. Ao centro, o cavalo de Kellermann desaba, atingido por um projétil. (Pintura de Horace Vernet, 1826, National Gallery, Londres)

## Um assalto abortado

Finalmente, Brunswick dá ordem de ataque. É um momento crítico para os franceses. Incluindo, além dos soldados dos regimentos reais, dois batalhões de voluntários ainda muito inexperientes, o exército da Revolução poderia certamente ceder ao pânico perante o inexorável avanço das tropas prussianas. Pode ser que o chefe da invasão tenha apostado nessa reação provável de pânico. Mas consciente também do risco em que incorreu, Kellermann decide, em vez de esperar, avançar contra o inimigo.

Dispondo sua infantaria em formação por colunas, conduz suas unidades ao confronto com o inimigo a cavalo, erguido sobre os estribos e lançando o grito repetido por todos: "Viva a nação!".

Em lugar de se dispersar em desordem, os soldados de infantaria franceses provam assim sua determinação, enquanto atrás deles a artilharia continua a lançar suas granadas contra os alvos prussianos, dessa vez acessíveis.

Diante dessa situação, Brunswick, por duas vezes, é forçado a recuar. Na segunda vez, decide que não levará a efeito o assalto contra a colina do moinho; mas sua retirada é seguida de uma resolução mais importante ainda. À noite, com efeito, convence o rei da Prússia Frederico Guilherme do perigo que haveria em continuar assim a aventura de Paris, diante de numerosos e determinados homens. A batalha fez 500 mortos (200 do lado prussiano e 300 nas fileiras francesas); ela se solidifica pela vitória francesa - a primeira vitória da Revolução - e pela retirada do exército de invasão, que volta atrás e deixa o território francês.

Falsa batalha, simples série de tiros de canhão? Verdadeira vitória, em todo caso, para a Revolução.

Valmy é a vitória moral da democracia em armas, da mobilização popular. Diante de um exército de ofício, treinado numa disciplina de ferro, um exército novo, nacional, leva a melhor.

## A Revolução condenada a ganhar





# Há 70 anos...Getúlio Dornelles Vargas

Fonte: CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras, vol. 2. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965

(Compilado por Luiz Ernani Caminha Giorgis)

## A Volta

Ao fim do governo Dutra surgiu a acirrada disputa partidária entre o EDN, o PSD, PTB e o PSP, de Vargas. Boatos de veto militar à volta de Getúlio surgiram, mas este passou a percorrer o país em campanha, auxiliado por Adhemar de Barros. Seu companheiro de chapa era João Café Filho, homem do Norte. O Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, novamente perdeu. E Getúlio ingressou na sua última gestão.

## A Nova Tática

A hipótese de uma reação armada para impedir sua posse desvaneceu-se. Pedro Calmon declarou:

"Tolhido pelo regime constitucional, isto é, sem possibilidade de reimplantar o poder arbitrário - ninguém o deixaria - estava plenamente traçado o comportamento de Vargas, diante das forças a si hostis. Devia atraí-las, pela conciliação, ou entorpecê-las pela legalidade. E como fiscais dessa execução dos deveres do governo os generais que cinco anos antes o haviam mandado embora".

## Um Homem Diferente

As solenidades da investidura - a 31 de janeiro de 1951 - cederam lugar à paz de um período experimental cheio de promessas reparadoras e de esperanças na volta de um Vargas renovado.

Todavia, a longa estada no seu sítio fronteiriço fez dele um homem mais fechado, retraído e cansado. Era bem diferente daquele que entrara em 1930 e saíra em 1945. A nação abriu-lhe um crédito de confiança. Mas isso não duraria muito.

Como em 1937 e 1945 começou a propagar-se a suspeita de que tramava ele, com apoio dos sindicatos, perpetuar-se no poder.

Já em 1953, os ataques que lhe eram dirigidos, na imprensa e no Congresso, tornavam-se mais e mais veementes, acirrando-se a cada passo a oposição. Multiplicaram-se as denúncias de malversações de fundos públicos, concussões, peculatos, enriquecimentos ilícitos, indefensáveis financiamentos do Banco do Brasil a entidades suspeitas. Semelhante atmosfera de escândalos abalava fortemente a autoridade governamental.

E para o Ministro do Trabalho, Sr. João Belchior Marques Goulart (Jango), filho espiritual de Vargas e pretense possuidor de muitas das suas habilidades políticas - voltavam-se as prevenções gerais, todos os setores se preocupando com suas atividades no meio sindical, que visavam, segundo a oposição, à implantação da República Sindicalista, à imagem do "justicialismo" argentino de Juan Domingo Perón.

A decretação dos novos níveis do salário mínimo aumentou a tensão. Foi quando oficiais do Exército lançaram o famoso "Memorial dos Coronéis", exigindo a saída de Jango da pasta que ocupava. Dizia o documento:

"Perigosas só poderão ser hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam, leis e decisões governamentais que, beneficiando certas classes e grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades... E a elevação do salário mínimo a nível que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, estancando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército, de seus quadros inferiores".

Nem mesmo a demissão de João Goulart, assinada por Getúlio, conseguiu acalmar os ânimos já muito esquentados contra o governo. Vargas retraía-se, fechado no Palácio do Catete, indiferente ao torvelinho

urbano, despachando dia e noite o interminável expediente burocrático, sem ligar aos planos tramados à sua volta.

## O Atentado a Lacerda

Em 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda, o mais acirrado opositor de Vargas, seu filho Sérgio, e seu amigo, Major Rubens Florentino Vaz, de 32 anos, pai de quatro filhos e servindo na Diretoria de Rotas Aéreas da FAB, regressavam de um comício eleitoral na Tijuca, onde o diretor do jornal "Tribuna da Imprensa" fizera um discurso para a sua candidatura à Câmara dos Deputados.

Tendo-se despedido de Lacerda à porta do prédio nº 180 da Rua Tonelero, onde morava, regressava Vaz ao carro para tomar novamente a direção, quando um indivíduo se destacou da escuridão da madrugada e disparou sobre Lacerda com um revólver 45. Este pareceu tropeçar e abrigou-se com o filho que o acompanhava, na garagem do edifício. O major, tendo dado a volta ao carro, surpreendeu o pistoleiro atirando e para ele avançou, querendo arrebatá-lo a arma. Ouviu-se um disparo e ambos caíram para lados diferentes. Levantou-se primeiro o pistoleiro e antes que o militar pudesse fazê-lo, atingiu-o em pleno peito e correu. Lacerda, então, que da garagem saíra de revólver em punho, viu-o se afastando e atirou também, sem, contudo, baleá-lo. Na esquina da Rua Paula Freitas, o assassino ainda feriu gravemente o guarda municipal Sálvio Romero que tentara detê-lo, fugindo então num táxi que o esperava com o motor ligado.

Diante do seu edifício, Lacerda, com os ossos do pé esquerdo rompidos por uma bala, curvava-se sobre o peito ensanguentado do major. E exclamou, desesperado: "Mas meu Deus, meu amigo está morto!"

## O Recrudescer da Crise

Um oficial da Polícia Militar ligou para o Ministro da Justiça, Tancredo Neves, dando-lhe a notícia de que Lacerda fora atingido em um pé, durante um atentado. "Ainda bem" - disse Tancredo - "podia ter sido pior". "Mas há pior, Sr. Ministro" - acrescentou o oficial - "pois um major da Aeronáutica que o acompanhava, morreu". "Senti-me como se tivesse caído do 24º andar" - comentaria Tancredo, depois. "Vi tudo, todas as complicações, o diabo".

No Hospital Miguel Couto, onde o jornalista engessava o pé, visitou-o o Brigadeiro Eduardo Gomes, diretor das Rotas Aéreas. Ouvindo Lacerda acusar o Governo pelo atentado, dizendo que só a este interessava sua morte, afirmou grave: "Para a honra da Nação, confio que esse crime não ficará impune".

As complicações previstas por Tancredo Neves começaram de imediato. Apresentou-se o motorista do táxi, Nelson Raimundo de Souza, que dera fuga ao assassino, e verificou-se que ele fazia ponto em frente ao Palácio do Catete, "servindo habitualmente aos homens da guarda do Presidente". Os jornais da manhã logo veicularam a suspeita de que os mandantes do atentado pertenciam ao mundo do Catete.

Vargas, surpreso, mandou chamar o chefe de seus guarda-costas, Gregório Fortunato(\*), personagem rica, influente e temida, indagando-lhe se participara de alguma forma no planejamento ou execução do crime. O "anjo negro" negou qualquer responsabilidade...

(\*)Gregório Fortunato havia substituído, na segurança de Vargas, o Major do Exército Flaviano de Matos Vanique.

No país se alastrou de imediato uma onda de indignação. Na Câmara e Senado foram pronunciados inflamados discursos. O Ministro da Justiça garantiu a punição dos criminosos "custe o que custar". E para acompanhar o inquérito policial foram designados o Promotor João Batista Cordeiro Guerra e, pela Aeronáutica - transida e raivosa com a morte do companheiro - O Cel. Aviador João Adil de Oliveira.

O Ministro da Guerra, Gen. Euclides Zenóbio da Costa, foi também incisivo: "Exijo em nome do Exército que o culpado seja descoberto e entregue à justiça".

Trinta mil homens das Forças Armadas, sediados na Capital Federal, entraram de prontidão.

## **Eram Dois**

**T**ransferido, preso, para o Quartel de Motomecanização da Polícia Militar, o motorista de praça Néelson Raimundo de Souza confessou, já na noite de sábado, 7 de agosto, que fôra Climério Euribes de Almeida, compadre e velho amigo de Gregório, membro da Guarda Pessoal da Presidência da República, um dos passageiros que ocupavam seu carro na fuga posterior ao crime, sendo o outro, todavia, a quem não conhecia, o matador.

Imediatamente, os colegas do Major Rubens Vaz mobilizaram-se para a caça aos implicados, sendo unânime a vontade "de descobrir todos os fatos, sem limites de hierarquia ou de jurisdição, fossem quais fossem as consequências".

A decisão dos aviadores impressionou a Marinha e assegurou-lhes o apoio do Exército e das Classes Conservadoras. Generalizou-se a crença de que o mês não terminaria sem a deposição ou a renúncia do Presidente.

## **"Fui Eu Quem Mandou"**

**N**a terça-feira, dia 17, um contingente de 200 homens da Força Aérea Brasileira, guiando-se por uma informação anônima, cercou a Serra do Couto, entre Tinguá e Xerém, no Estado do Rio, prendendo no meio do mato um acabrunhado e apavorado Climério - que não esboçou qualquer resistência, somente exclamando: "Estou desgraçado; fui traído por aqueles de quem mais esperava". Diria mais tarde que Gregório o fizera contratar a morte de Lacerda "porque ele estava falando demais"... E não custou muito para que Gregório, ele próprio, confessasse a um estarecido Benjamim Vargas: "Fui eu quem mandou".

Na Base Aérea do Galeão, onde se desenrolava o inquérito, foram identificados os seis implicados, presos em tempo recorde pelos oficiais da Aeronáutica: Gregório Fortunato, mandante e "cabeça" do atentado; João Valente de Souza, ex-subchefe da Guarda, envolvido por ter sido intermediário de Gregório para a fuga de Climério; Climério Euribes de Almeida, contratante do pistoleiro e responsável direto pela execução do crime; Nelson Raimundo de Souza, ex-investigador e motorista de praça, contratado por 20 mil cruzeiros para o serviço de transporte; Alcino João do Nascimento, o assassino profissional, matador do Major Vaz e autor dos ferimentos em Carlos Lacerda e no guarda-municipal; José Antônio Soares, intermediário entre Climério e Alcino.

## **Um Decepcionado Vargas**

**V**argas dissolveu a Guarda Pessoal e mandou abrir o Catete às buscas que se fizessem necessárias. Nada ocultou; realmente não queria proteger ninguém. A divulgação dos documentos encontrados nos porões do palácio o deixou surpreendido e decepcionado. Chamou à sua presença o Cel. João Adil de Oliveira e pediu-lhe que fizesse uma descrição completa dos fatos que estavam sendo apurados. Sua fisionomia tornou-se contristada e ao terminar, observou: "Tenho a impressão de me encontrar sobre um mar de lama". Depois, indagou candidamente: "E agora, o que o Senhor acha que devo fazer?" Adil não soube responder.

Vargas sentiu liquidada a sua autoridade.

Em 17 de agosto a filha, Alzira, recebeu de um auxiliar do Presidente um rabisco que foi subtraído da mesa de Vargas onde estava escrito o seguinte: "...à sanha dos meus inimigos deixo o legado da minha morte. Levo o pesar de não ter feito pelos humildes tudo o que desejava...". Sinal claro da tragédia que se aproximava.

Enquanto isso, Carlos Lacerda abusava da retórica antivarguista. Escreveu ele o seguinte:

“Os chefes militares sabem o que fazem. Se não fazem assumem, pela inércia, as suas responsabilidades perante o povo e diante da História, que é implacável no seu julgamento. Mas, por Deus, que não se escondam atrás da Constituição. Esta não foi feita para justificar a complacência com o crime. Não se pode, ao mesmo tempo, servir a dois senhores; quem serve a Vargas não serve à Constituição...”.

O Vice-presidente João Café Filho procurou o Ministro da Marinha Almirante - Renato Guilhobel, e lhe transmitiu uma sugestão para que as autoridades militares pleiteassem a renúncia do Presidente, simultaneamente com a sua. Guilhobel convocou Zenóbio ao seu gabinete, mas este manteve-se Ministro da Guerra irredutível na sua decisão de manter Vargas. O mesmo garantiu em outra reunião do Alto-Comando das Forças Armadas.

No meio político, universitário e na OAB todos se pronunciaram pedindo a Vargas que abandonasse o poder. A 21, reúnem-se 70 generais no Ministério da Guerra, enquanto almirantes se concentram no Clube Naval, "declarando-se pela defesa da Constituição e inteira apuração do crime".

### "Só Morto!"

Café Filho tenta contornar o que a todos parecia inevitável. E leva ao Presidente o pleito das lideranças.

Vargas responde quando o interlocutor lhe fala em renúncia: "Daqui só saio morto, morto!". Para o Deputado Augusto do Amaral Peixoto Vargas assim se expressa:

"Aceito qualquer solução que seja para o bem do Brasil. Apenas advirto que na hipótese de não poder manter a ordem pública, eu então entregarei o Governo a quem possa mantê-la, que é o Exército Nacional, na pessoa de seu ministro, General Zenóbio da Costa".

Os generais receberam mal esta proposta, principalmente Juarez do Nascimento Fernandes Távora, que "a classificou de inconstitucional".

### A Pressão dos Generais

De Belo Horizonte, o General Dutra se manifesta:

"A renúncia é a única solução capaz de tranquilizar o país, pois ela convém não só à Nação, mas ao próprio Presidente, porque não há negar que ele tem contra si, no momento presente, a opinião pública; e a um governo que não tenha a seu favor a opinião pública não resta outro caminho senão a renúncia, ainda que dispusesse de elementos materiais para resistir".

Ainda no dia 21, reúne-se em impressionante estado de exaltação, o Clube de Aeronáutica, ocasião em que é lido o relatório sobre o crime do dia 5. O Brigadeiro Luiz Leal Neto dos Reis pronuncia um discurso inflamado exigindo a renúncia. Outra reunião, na manhã seguinte, da mesma agremiação, é sacudida com a apresentação de duas propostas; uma do Brigadeiro Carlos Rodrigues Coelho, propondo que o inquérito fosse "até o fim" e que, diante de um fato novo, se tomasse uma resolução definitiva; a outra, do Brigadeiro Eduardo Gomes, exigindo, em nome da Aeronáutica, a saída do Presidente. Posta em votação, a última proposta é unanimemente aprovada.

Comunicada a decisão aos Estados-Maiores do Exército e da Aeronáutica, delibera-se confiar ao Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, a missão de levá-la a Vargas.

Trinta brigadeiros redigem uma proclamação em que comunicam à nação ter sido adotada uma "determinada decisão unânime para restaurar a tranquilidade do país".

Conhecedor do fato, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, reage:

"O precedente que se vai abrir é muito grave, porque será anulado todo o poder civil da Nação, criando-se outro poder, o Poder da Força. A vingar tal procedimento, todas as vezes que os militares acharem que o Presidente não serve, correrão um abaixo-assinado, uma verdadeira ação entre amigos, e o obrigarão a renunciar, ou melhor, o deporão".

Na mesma noite do dia 22, domingo, Mascarenhas entrega a Getúlio o documento elaborado pelos brigadeiros:

"Os oficiais da Força Aérea Brasileira, abaixo assinados, reafirmando o seu propósito de permanecerem dentro da ordem, da disciplina e dos preceitos constitucionais, acham que a presente crise nacional só poderá ser satisfatoriamente solucionada com a renúncia do Presidente da República".

Vargas lê e relê o documento antes de responder:

"Não posso concordar com isso, marechal. Querem me escorraçar daqui como se eu fosse um criminoso. Não pratiquei nenhum crime. Portanto, não aceito essa imposição. Ficarei no meu posto. Se for preciso, sairei banhado em sangue, mas não posso ser escorraçado assim... Daqui só saio morto. Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte. Os fatos estão sendo apurados. Os criminosos serão punidos. Só depois de tudo isso é que poderemos examinar o assunto".

Muito embora figure em todas as fontes sobre os acontecimentos de agosto de 1954, como tendo sido o portador do documento dos brigadeiros entregue a Vargas, contesta o Marechal Mascarenhas de Moraes veementemente a imputação, dizendo que não foi ele nem sabe quem foi, "só se tendo encontrado com o Presidente da República naquela oportunidade para traçar-lhe um quadro da inquietação militar".

### Zenóbio da Costa

A esse tempo, o Brigadeiro Epaminondas foi à casa do Ministro da Guerra (onde também se encontravam os Generais Odílio Denys e Ângelo Mendes de Moraes), informando-lhe que ouvira, dos Brigadeiros que o haviam procurado, "notícias de que três generais da Vila Militar (Generais Colônia, Jaime de Almeida e Nelson de Melo) não marchariam para defender o governo.

Em 23 de agosto, trinta generais, entre eles Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Canrobert Pereira da Costa, Alvaro Fiúza de Castro, Juarez Távora e Mendes de Moraes, em manifesto, apoiam a decisão dos brigadeiros.

Quanto a Zenóbio, tremendamente pressionado pelos generais, decide dirigir-se ao Palácio do Catete, em companhia de Odílio Denys e Mendes de Moraes "a fim de expor pessoalmente ao Presidente a grave situação para que ele decidisse, pois poderia haver luta e reação, embora não houvesse a certeza da vitória dos que se mantinham contra a renúncia". Era meia-noite. De 23 para 24 de agosto de 1954.

Vargas ouve seu Ministro da Guerra expor-lhe a situação e sugerir-lhe a licença, "até transmitir o mandato, no próximo ano, ao seu sucessor". Recusa, nessa hora, as hipóteses de renúncia

ou de licença, mas promete reunir imediatamente o ministério. Em seguida, enquanto espera que os ministros cheguem ao palácio, vai à sua secretária e tira uma carta, entregando-a fechada a João Goulart, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, que deveria partir no dia seguinte para Porto Alegre. E lhe diz: "Toma, Jango. Guarda esta carta para ler em casa e leva-a amanhã para o Rio Grande. Eu tenho sido muito visado. Te prepara, que o visado agora serás tu" (Goulart guardou-a no bolso, sem ler). Seria essa uma das cópias da carta-testamento que Vargas legaria à Nação.

## A Reunião do Ministério

Às três da madrugada de 24 de agosto reunia-se o ministério. Edgar Santos (Educação), Hugo Faria (Trabalho), José Américo de Almeida (Viação), Mário Pinotti (Saúde) e todos os outros, com exceção de Vicente Rao, do Exterior, ausente do Distrito Federal.

Zenóbio fala primeiro. Confessa um fato novo: a posição do Exército se modificara porquanto dos 80 generais que serviam no Rio, 37 já tinham assinado um manifesto de apoio aos brigadeiros, virtualmente sublevados. As exposições dos outros ministros militares não foram menos acabrunhantes.

Vargas permanece impassível como se não ouvisse. Mas daqui a pouco tira um papel e o assina. D. Alzira, ao lado do pai, toma a palavra e encoraja Zenóbio a uma ação imediata: "O movimento é de gabinete, de generais sem tropa, podendo assim ser facilmente sufocado".

"Estou disposto a agir - replica Zenóbio, surpreso - Agirei; só fiz ver as consequências".

Vargas obstina-se em resistir, em seu posto, "a qualquer preço". Falam todos e ninguém dá uma diretiva precisa. Por fim, Oswaldo Aranha:

"No meu ponto de vista, só há três soluções para o caso; a resistência pessoal, ao preço da própria vida e à qual eu obviamente me declarava desde logo solidário; a segunda, exatamente aquela que o Presidente desejava evitar, seria um balanço nas forças fiéis para rechaçar militarmente qualquer tentativa contra a Constituição; e afinal restava a solução da renúncia, mas esta seria uma decisão de foro íntimo e em cuja apreciação não nos cabia entrar".

Às 3h 30m, Vargas ainda persiste em não renunciar. Zenóbio então levanta-se e diz que vai "botar tropa na rua para resistir e defender o Presidente".

A iminência de luta armada alarma a todos. Vargas, porém, logo que sai o Ministro da Guerra, levanta-se muito calmo, com um ar surpreendentemente tranquilo, e diz:

"Já que os Senhores não decidem, eu vou decidir. Minha determinação aos Ministros Militares é no sentido de que mantenham a ordem e respeitem a Constituição. Nestas condições estarei disposto a solicitar uma licença, até que se apurem as responsabilidades. Caso contrário, se os insubordinados quiserem impor a violência a chegarem até o Catete, levarão apenas o meu cadáver".

São quatro horas da manhã. Passo firme, testa franzida, retira-se Vargas da sala, recebendo abraços à saída de seus familiares. Sobe ao segundo andar e dá uma chave a Alzira, sua filha, dizendo-lhe que serviria para abrir o cofre onde estavam "os documentos mais importantes".

## A Segunda Deposição

Enquanto isso, a decisão de licença começa a ser irradiada pelas emissoras. Em sua residência, Café Filho recebe numerosos amigos e, instado por estes, declara:

"Desocupado o posto, por qualquer processo assumirei a Presidência. Os meus compromissos de renúncia cessaram no momento em que Getúlio Vargas deu resposta negativa à

minha fórmula. Toda a minha preocupação no caso de assumir a Presidência será de pacificação dos ânimos em todo o país. Não tomarei nenhuma decisão antes de ouvir os chefes das diversas correntes partidárias. Estarei empenhado em organizar um governo de coalisão nacional".

No Catete, os ministros haviam decidido lançar uma nota oficial, assim redigida:

"O Presidente da República reuniu hoje o ministério para o exame da situação político-militar criada no país. Ouvidos os ministros, cada um de per si, foram debatidos longamente os diversos aspectos da crise e suas graves consequências. Deliberou o Presidente Vargas, com integral solidariedade dos seus ministros, entrar em licença, passando o Governo a seu substituto legal, desde que seja mantida a ordem, respeitados os poderes constituídos e honrados os compromissos solenemente assumidos perante a Nação pelos oficiais generais das nossas Forças Armadas. Em caso contrário, persistiria inabalável no seu propósito de defender suas prerrogativas constitucionais, com o sacrifício, se necessário, de sua própria vida".

Às 4h 45m a nota de licença é divulgada. Getúlio, recolhido ao seu quarto austero, de mobília grande e pesada, não pudera lê-la. Os seus amigos não quiseram incomodá-lo. Consumava-se a segunda queda de Vargas. Licença era apenas o termo delicado para encobrir a realidade palpável: de que, uma vez fora do Poder, a ele não mais retornaria. E o Presidente sabia disso.

## O Desfecho

Por volta de 8 horas, depois de obter confirmação, por oficiais chegados ao Palácio do Catete, de que estava mesmo era deposto, Vargas, só, de pijama, foi ao seu gabinete de trabalho e depois voltou para o quarto, fechando a porta. Soou lá dentro um tiro, logo depois.

Alzira ainda chegou em tempo de mergulhar a cabeça no peito ensanguentado e, recebendo o último sorriso daquele que morria, só pode balbuciar, desconsoladamente: "Não pode ser, não pode ser; tu me prometeste.

Pouco depois, o documento que alguns o tinham visto assinar era achado e nele lia-se, no preâmbulo: "À sanha dos meus inimigos, deixo o legado da minha morte".

Terminara, assim, a presença física de Getúlio Vargas no Poder. Mas os que de sua memória se valeram ainda o ocupariam, sem, todavia, contar com a habilidade do mestre. Por isso, não conseguiram fazê-lo por muito tempo.

## Bibliografia:

MACHADO, F. Zenha. Os últimos dias do Governo de Vargas. Rio de Janeiro: Lux, 1955.

QUEIROZ (Júnior), José. O suicídio de Getúlio Através da Psicanálise. Rio de Janeiro: Copac, 1957.

\*\*\*\*\*

**Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS  
([lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com))**

**Sites: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)**

**Site do NEE/CMS: [www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)**

**Site do Núcleo Militar de Gramado: [www.nuclev.com](http://www.nuclev.com)**

**Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>**